

Educação da mulher. O regime republicano deu um forte impulso para a educação da mulher, quer através dos discursos feministas que fizeram da educação um dos principais instrumentos para a dignificação e emancipação femininas, quer pelo reforço das instituições escolares públicas que se destinavam ou incorporavam o ensino feminino.

Tradicionalmente, o modelo de educação feminina contemplava uma componente específica que habilitava a mulher para o desempenho de papéis sociais que lhe eram atribuídos – a mulher devia assegurar o bem-estar e a harmonia da estrutura familiar, zelando pela gestão da casa, evidenciando atitudes de solicitude face ao chefe de família e preocupando-se com a educação dos filhos. O seu espaço era, de forma naturalizada, o espaço doméstico, onde se afirmava como pilar da família. Ao longo dos séculos, para a maioria das famílias e dos grupos sociais, bastou a educação em família, pelas próprias mães, para educar as crianças e as jovens portuguesas. Por via da imersão cultural e pela imitação das outras mulheres, elas aprendiam a ser esposas, mães e donas de casa.

Nos grupos situados nos extremos da sociedade, encontram-se as exceções a este panorama, até ao século XIX. Nas camadas sociais mais baixas, as jovens órfãs encontravam nas instituições religiosas o acolhimento de que necessitavam. Recolhimentos, asilos e orfanatos garantiam-lhes o regime de internato e a preparação para a vida adulta, fornecendo-lhes uma formação profissional e uma educação moral, no enquadramento religioso católico, e conhecimentos mínimos no campo das aprendizagens formais. Pelo contrário, as famílias das camadas sociais mais elevadas, asseguravam a preparação das suas jovens herdeiras para gerirem o espaço doméstico e social. As filhas das famílias aristocráticas e burguesas deveriam aprender economia doméstica, costura e bordados, línguas e artes. A instrução nos conhecimentos básicos era também garantida, dependendo o seu aprofundamento da vontade da própria família, que definia o perfil da educação. Estas componentes da formação tradicional podiam ser ministradas no espaço doméstico e familiar, por uma preceptora ou/e professores que garantiam as várias formações, ou em colégios, que eram dirigidos por religiosas ou por senhoras laicas com experiência educativa. Este ensino doméstico, individual ou em colégio enquadrava a formação feminina, fortemente marcada pelos valores religiosos e por uma moral conservadora.

No final do séc. XIX e nas primeiras três décadas do século XX ocorreu uma mutação significativa, com o desenvolvimento de novas formas culturais, novos espaços de convívio social e novas práticas de sociabilidade. Os conteúdos de formação, dominantes anteriormente, não mudaram, mas reforçaram-se as competências na língua da moda (francês) e nos dotes artísticos, assistindo-se também a uma atenção significativa às regras de etiqueta e civilidade que a frequência dos espaços públicos requeria. Havia um código de comportamento e conduta das senhoras das classes mais elevadas, que deviam brilhar no espaço público, estabelecendo uma verdadeira distinção de classe. Estas novas modalidades implicaram a alteração do modelo tradicional de formação na sua substância, mas não o reforço dos conhecimentos científicos na formação feminina. As elites burguesas, republicanas e intelectuais criticaram este ideal de mulher, prendada mas fútil, bem-educada mas sem formação técnica e profissional e com um perfil marcado pela conformação aos ideais religiosos e conservadores.

Os republicanos defendiam a educação da mulher, preconizando o reforço da componente da instrução sobre a vertente da educação. É nesta perspectiva que o município de Lisboa criou, na fase de descentralização do ensino, a Escola Primária Superior Maria Pia (1886), com a missão de formar profissionalmente as alunas, em simultâneo com uma dimensão assistencial que também garantia. O híbrido estatuto desta escola, entre os níveis primário e secundário, foi enquadrado pela discussão sobre a criação do ensino público feminino de nível secundário em Portugal e arrastou-se durante duas décadas; no entanto, em 1906, a escola foi transformada no Liceu Maria Pia, o primeiro liceu feminino português. Este liceu representa a criação da primeira escola feminina de ensino secundário público em Portugal. O primeiro Liceu consagra também um perfil de formação virado preferencialmente para a instrução de conhecimentos aprofundados e um currículo bem mais sólido que o dos colégios tradicionais femininos, que continuavam a ser maioritariamente religiosos. Assim, o ensino oficial define uma orientação política que valoriza a instrução nas escolas públicas, mas não esquece (bem pelo contrário) o ensino da economia doméstica, da costura e labores. Com a República, o ensino liceal feminino conhecerá a criação de mais dois liceus femininos, um no Porto e outro em Coimbra, que se juntam ao Liceu Maria Pia (NÓVOA & SANTA-CLARA, 2003).

A defesa da educação da mulher já se destacava nos debates pedagógicos dos finais de oitocentos, pela voz de D. António da Costa e Bernardino Machado e de personalidades femininas, como Maria Amália Vaz de Carvalho, Alice Pestana e Ana de Castro Osório. As associações femininas e feministas fizeram da educação da mulher uma das questões centrais da sua acção, como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. A presidente deste Conselho, Adelaide Cabete (1867-1935), médica, professora no Instituto Feminino de Educação e Trabalho e uma das principais militantes feministas, personifica esta acção: em artigos de imprensa, comunicações, teses e na militância activa defende a educação da mulher e das crianças, a par da sua protecção social, de melhores condições de higiene e do desenvolvimento da saúde pública. Num registo mais moderado, outra feminista, Emília de Sousa Costa (1877-1959), escritora e educadora, foi autora de livros para mulheres com um sucesso assinalável. Nas suas posições, demarca-se dos radicalismos feministas e defende uma concepção de educação feminina que incorpora a educação doméstica, a formação profissional, um conceito de civilidade próprio do género e a defesa da mulher como pilar da família, da sociedade e da pátria. Nas suas obras, estabelece um verdadeiro código de conduta feminina para o seu tempo: a posição entre os novos papéis sociais e o lugar tradicional da mulher (*A mulher. Educação infantil*, 1923; *Ideias antigas de mulher moderna*, 1923); os conselhos de economia doméstica (*A mulher no lar*, 1916 – 4 edições; *Economia doméstica*, 1918); questões de etiqueta e boas maneiras (*Na sociedade e na família*, 1923 – 4 edições, adaptação do francês).

Nas instituições escolares republicanas torna-se evidente o desenvolvimento do ensino feminino. No início da República, um pouco mais de 30% das 5.552 escolas primárias oficiais eram femininas e quase 10% mistas. O regime de coeducação permitiu aprendizagens conjuntas nas escolas, nos vários graus de ensino. Os liceus, frequentados por um número reduzido de alunos, mas originários de uma burguesia

influyente, registam um aumento assinalável de alunas, entre as 924 assinaladas em 1910 e as 2.960 inscritas do ano lectivo de 1925-1926, a que se podem juntar 789 alunas do ensino particular e doméstico, num universo discente que atingia, em conjunto, quase 21.000 alunos. Nas escolas secundárias técnicas havia 2262 alunas a frequentar os diversos cursos a que tinham acesso (em 1910 eram 838 alunas), num universo de 13.436 alunos. Falamos de pouco mais de 5.000 jovens que frequentavam o ensino secundário no final do regime, originárias de diferentes estratos burgueses e que representavam uma reduzida faixa da população, situada nos meios urbanos. No país, mais de metade da população em idade escolar não frequentava a escola e, em 1911, 77% das mulheres com dez ou mais anos eram analfabetas; este valor baixou para 69% em 1930 (CANDEIAS, 2004).

Com a implantação da Primeira República, o ensino particular sofreu os efeitos da expulsão das ordens religiosas. Na sua maior parte, os colégios femininos, de confissão católica, foram transferidos para outros países, como Espanha, Suíça, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos da América e Brasil. As famílias mais abastadas continuaram a enviar as suas filhas para esses colégios, fiéis ao perfil de mulher que tradicionalmente estava consagrado e estas instituições formavam. Após 1918, as ordens regressaram a Portugal e retomaram gradualmente a sua posição, com a recomposição da rede de ensino privado religioso, que se intensificou nas décadas seguintes, num processo de expansão e afirmação.

Por seu lado, os colégios laicos, muitos de origem republicana e maçónica, recebiam um público de cariz renovador e progressista, que desconfiava dos colégios religiosos, considerando que nestes a dimensão da fé era dominante e as alunas podiam ser induzidas a seguir a vida religiosa. O número de alunas nos colégios laicos aumentou, assim como se reforçou a imagem de inovação pedagógica que estava associada a estas instituições.

É o caso do actual Instituto de Odivelas, cuja designação original era Instituto Infante D. Afonso. Foi inaugurado em 1900, como resultado da iniciativa de um grupo de oficiais do exército, sendo, numa primeira fase, prioritariamente destinado à educação gratuita de órfãs de militares, público este que se alargará, posteriormente, a todas as filhas de militares. Em 1902 o Instituto instala-se, após a realização de obras, no convento de Odivelas, nos arredores de Lisboa, onde, de resto, ainda hoje se encontra. Desde o início que é visível a finalidade de contribuir para a educação geral das alunas, para a sua formação como mulheres, mães, esposas e “donas de casa” e, complementarmente, para a sua formação profissional em algumas áreas consideradas adequadas ao género feminino. O carácter prático de muitas das aprendizagens tornar-se-á uma das imagens de marca da instituição.

A implantação da República trouxe ao Instituto um conjunto importante de transformações, tendo inaugurado uma das suas fases mais criativas e bem sucedidas. Ainda no ano de 1910 é-lhe atribuída a curiosa designação de Instituto da Torre e Espada, logo substituída, em Agosto de 1911, pela designação, bem mais expressiva, de Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Os documentos regulamentares publicados entre 1911 e 1930, este já durante a Ditadura Militar, e que têm grandes linhas de continuidade entre si, reforçam a dimensão profissional dos cursos, sem porem em

causa o espírito inicial. O Instituto passa a ser definido como “um estabelecimento destinado a educar e preparar, para a vida prática, indivíduos do sexo feminino” (Regulamento de 1915). Procura-se, nessa fase, actualizar as concepções relativas à educação da mulher e introduzir um conjunto de inovações pedagógicas derivadas da influência da chamada Educação Nova. Para além do ensino primário e do curso geral dos liceus, vão funcionar, com algumas flutuações ao longo desse período, entre outros, cursos de empregadas de escritório e do comércio, de correios e telégrafos, de auxiliares de química, de artes e ofícios, em várias áreas, e de preceptoras. Em 1919 tomou posse como director do Instituto o então tenente-coronel Frederico Ferreira de Simas, que se manterá à frente da instituição durante 22 anos, tendo influenciado decisivamente pelo seu estilo de liderança, pelas concepções relativas à educação feminina e pelo projecto de concretização duma pedagogia experimental toda a sua vida e organização.

Muitas das concepções e práticas associadas à Educação Nova conheceram aí alguma concretização, em particular no que se diz respeito à consecução do ideal de educação integral das jovens alunas, através da valorização da educação física, da educação artística e dos trabalhos manuais. Era, igualmente, cultivada uma relação próxima com a natureza, não só nos jardins do Instituto, mas, também, através dos inúmeros passeios realizados pelas alunas. A pedagogia experimental e o discurso higienista penetravam no Instituto por via da realização de “testes mentais”, da elaboração de uma “ficha sanitária” de cada aluna, do acompanhamento constante do seu “estado sanitário” e do rigor posto na preparação das refeições. No que diz respeito à educação moral, privilegiava-se, entre outras estratégias, a participação activa das alunas, o que conduziu à criação, sob o impulso do director, de associações mutualistas e cooperativas. As concepções de Ferreira de Simas em relação à educação feminina enfatizam o seu carácter diferenciado, o que permite compreender a importância atribuída à chamada educação «ménagère”, tendo por finalidade preparar as alunas para serem boas mães e donas de casa competentes. Mesmo assim, a formação profissional não é esquecida, manifestando-se através da criação de vários cursos, sendo constante o carácter prático das aprendizagens.

Ferreira de Simas conseguiu, na difícil transição da República para o Estado Novo, adaptar-se ao novo contexto, preservando a coerência do projecto e mantendo a sua vitalidade e carácter inovador. Só em 1941 o regime salazarista decide dar por finda a etapa “republicana” do Instituto, demitindo o director e aproveitando para proceder a uma reorganização geral, começando pela mudança do nome para Instituto de Odivelas, que o equipara a liceu nacional e a escola industrial e comercial e lhe retira a vocação profissionalizante. A identidade decorrente do facto de ser um estabelecimento de educação feminina foi preservada, ainda que numa perspectiva mais conservadora e católica. Não obstante esse facto, mantiveram-se algumas das práticas inovadoras associadas à fase anterior.

Referências

CANDEIAS, A. (Coord.) (2004). *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NÓVOA, A. & SANTA-CLARA, A. T. (Coord.) (2003). *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*. Porto: Edições Asa.

PINTASSILGO, J. (2007). Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Educação Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942). *História da Educação*, 11 (23), 35-65.

Pintassilgo, J. & Mogarro, M. J. (2013). Educação da mulher. In M. F. Rollo (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Vol. I, pp. 1083-1087). Lisboa: Assembleia da República.